

Orçamento

# Burocracia Absoluta

O ministro do Planejamento está empenhado em dar continuidade ao que o governo adequadamente batizou de Operação Desmonte. Há propostas diretas e simples que podem surtir enormes resultados na contenção do déficit público. Por exemplo, a venda de ativos de empresas estatais. E há propostas mais complexas, que implicam o controle dos gastos da administração direta, principalmente do funcionalismo público.

Entre o simples e o complexo, é preciso ver se a questão central, que é o financiamento do déficit público, se resolverá pelo aumento da carga tributária sobre as pessoas jurídicas, fato implícito na reforma fiscal.

Não se pode negar que as propostas dos atuais ministros do Planejamento e da Fazenda são as mais diretas e frontais no ataque ao problema do déficit público, avançando também na gordura que o Estado brasileiro acumulou ao longo dos anos. O próprio ministro João Batista de Abreu reconhece que a burocracia é capaz de criar atalhos e contornar os obstáculos à sua eterna vocação para sustentar marajás.

Um bom exemplo citado pelo ministro do Planejamento foram as "quantias indenizatórias", e outros artifícios usados para aumentar os salários diretos através de rendimentos indiretos. A burocracia aprendeu a criar essas válvulas de escape usando seus pareceristas jurídicos e a falta de uniformidade nas folhas de pagamento dos ministérios. Tivemos este ano momentos nos quais os gastos com pessoal ameaçaram ultrapassar a receita tributária líquida, disponível depois das transferências obrigatórias da União.

O governo, e não só os ministérios da Fazenda e do Planejamento, precisa se envolver lealmente na Operação Desmonte. Está comprovada a existência de inúmeras empresas que nada significam para a segurança nacional ou dos monopólios aos quais foram se agregando com o tempo, como apêndices consumidores da capacidade de investir em setores essenciais. É assim com a siderurgia, com o petróleo, com a mineração, com a energia, os portos, as ferrovias. Mesmo os setores lucrativos devem ser questionados, pois o que mede a eficiência de uma empresa pública não é o lucro, já que ela pode descarregar seus custos sobre os consumidores através de tarifas. O que mede a eficiência é uma boa comparação internacional de homem por tonelada de produto, ou unidade de serviço produzida, ou tantos outros medidores de eficiência e produtividade reais.

Estendendo-se por todos os setores-chave, o Estado brasileiro impediu essa comparação. Isolados na América do Sul, que até geograficamente está fora das grandes rotas do comércio e do intercâmbio tecnológico, criamos uma espécie de autarquia sem parâmetros, onde parte da burocracia impera absoluta, usando de todos os recursos para manter o Estado falido funcionando em seu próprio benefício. Ou o Brasil desmonta rapidamente essas estruturas, criando outras mais eficientes e competitivas, ou o ano de 1989 será de arrocho fiscal para as empresas privadas produtivas, para pagar a fatura do lado ineficiente da economia.